

# **Demonstrações Financeiras**

## **Ecoporto Santos S.A.**

31 de dezembro de 2017 e 2016  
com Relatório do Auditor Independente

# **Ecoporto Santos S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2017 e 2016

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	7
Demonstração do resultado .....	9
Demonstração do resultado abrangente .....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração do fluxo de caixa .....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	13

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Ecoporto Santos S.A.**  
Santos - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ecoporto Santos S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ecoporto Santos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 22 de fevereiro de 2018 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Ecoporto Santos S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o reconhecimento de crédito oriundo de ação transitado em julgado referente ao recolhimento do FUNDAF entre 2000 e 2017, descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos ativos da Ecoporto Santos S.A.**

A Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto”) reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre (i) prejuízos fiscais e bases negativas, acumuladas e (ii) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, o valor dos tributos diferidos ativos apresentados nas demonstrações financeiras é de R\$233.739 mil (R\$206.689 mil em 31 dezembro de 2016), líquido da provisão para redução ao valor recuperável (impairment) registrado no montante de R\$244.010 mil em 31 de dezembro de 2016. Para 2017, a Companhia realizou os testes de recuperabilidade e não identificou ajustes.

A Ecoporto fundamenta a recuperabilidade dos tributos diferidos através de projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. Estas projeções são elaboradas com base na revisão do plano de negócios da controlada e fundamentadas com base em premissas de geração de lucros tributáveis futuros do segmento portuário, observadas as limitações legais. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se concretizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela Administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação dos planos de negócios da Ecoporto; (ii) a avaliação das premissas e metodologia usadas pela Administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; (iii) a avaliação das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócios da Ecoporto; e (iv) avaliação se o plano de negócios considerado pela Companhia para elaboração das projeções foi devidamente aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade do ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do respectivo ativo da Ecoporto, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto

### **Reconhecimento de receita no segmento de portos**

As prestações de serviços para certos contratos no segmento portuário, envolvem contratos de múltiplos elementos, tais como operação portuária, armazenagem, transporte e logística, e que implica em maior complexidade na segregação e avaliação do valor justo desses serviços. A Companhia também estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 3 (três) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais. Os critérios de reconhecimento de receitas e montantes reconhecidos (total da receita) no segmento de porto estão divulgados na Nota Explicativa nº 19.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro das receitas sobre serviços logísticos e portuários, as quais envolvem julgamento profissional por parte da Administração, estimativas contábeis e adequada avaliação de condições contratuais.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento dessas receitas incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação dos contratos e seus múltiplos elementos dentro das políticas contábeis de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas e a adequação destas políticas em relação às normas contábeis vigentes; (ii) a avaliação do desenho e operação dos controles internos implementados pela Companhia para o processo de reconhecimento de receita; (iii) teste documental por amostragem de transações de serviços realizados antes e após o encerramento do exercício para avaliar se a receita foi reconhecida no período de competência adequado e exatidão das receitas registradas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de reconhecimento das receitas nos segmentos de portos e logística, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita da Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

### **Transações com partes relacionadas**

A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de julho de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Luiz C. Passetti  
Contador CRC-1SP144343/O-3



## Ecoporto Santos S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	<b>10.003</b>	1.111
Clientes	8	<b>10.388</b>	8.805
Tributos a recuperar	5	<b>11.107</b>	428
Despesas antecipadas		<b>3.472</b>	13.830
Partes relacionadas	15	<b>709</b>	151
Outras contas a receber		<b>6.225</b>	4.260
Total do ativo circulante		<b>41.904</b>	28.585
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários		<b>768</b>	728
Tributos diferidos	12.a	<b>233.739</b>	230.057
Tributos a recuperar	5	<b>5.396</b>	-
Despesas antecipadas		<b>12.882</b>	-
Outras contas a receber		<b>7.515</b>	8.322
Depósitos judiciais	9	<b>85.735</b>	79.883
Imobilizado	10	<b>317.100</b>	348.164
Intangível	11	<b>31.361</b>	8.782
Total do ativo não circulante		<b>694.496</b>	675.936
Total do ativo		<b>736.400</b>	704.521

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		<b>8.736</b>	6.099
Empréstimos e financiamentos	13	<b>18.398</b>	103.122
Debêntures	14	<b>132.722</b>	150.049
Partes relacionadas - fornecedores	15	<b>8.035</b>	11.799
Impostos, taxas e contribuições a recolher		<b>2.253</b>	1.446
Obrigações sociais e trabalhistas		<b>2.445</b>	3.186
Obrigações com poder concedente	16	<b>425</b>	891
Outras contas a pagar		<b>10.268</b>	2.964
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>183.282</b>	279.556
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	<b>73.963</b>	4.703
Debêntures	14	<b>119.838</b>	239.374
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	17	<b>105.603</b>	95.544
Partes relacionadas - mútuo	15	<b>34.158</b>	39.781
Outras contas a pagar		<b>2.672</b>	55
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>336.234</b>	379.457
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18.a	<b>700.614</b>	470.614
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	18.d	<b>1.554</b>	1.484
Prejuízos acumulados		<b>(485.284)</b>	(426.590)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>216.884</b>	45.508
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>736.400</b>	704.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ecoporto Santos S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receita líquida	19	<b>116.534</b>	138.944
Custo dos serviços prestados	20	<b>(65.846)</b>	(83.137)
Lucro bruto		<b>50.688</b>	55.807
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	21	<b>(59.035)</b>	(62.141)
Despesas operacionais	20	<b>(25.780)</b>	(47.999)
Outras receitas (despesas), líquidas		<b>18.918</b>	216
		<b>(65.897)</b>	(109.924)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<b>(15.209)</b>	(54.117)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	<b>24.285</b>	40.290
Despesas financeiras	22	<b>(71.452)</b>	(97.082)
		<b>(47.167)</b>	(56.792)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(62.376)</b>	(110.909)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12.b	-	(12)
Diferidos	12.b	<b>3.682</b>	(200.107)
		<b>3.682</b>	(200.119)
Prejuízo líquido do exercício		<b>(58.694)</b>	(311.028)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ecoporto Santos S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	<b>(58.694)</b>	(311.028)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<b><u>(58.694)</u></b>	<b><u>(311.028)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ecoporto Santos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>Capital social subscrito</b>	<b>Reserva de capital Plano de opção com base em ações</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		268.614	1.156	(115.562)	154.208
Aporte de capital	18.a	202.000	-	-	202.000
Opções de ações outorgadas reconhecidas	18.d	-	328	-	328
Prejuízo do exercício		-	-	(311.028)	(311.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		470.614	1.484	(426.590)	45.508
Aporte de capital	18.a	<b>230.000</b>	-	-	<b>230.000</b>
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	<b>70</b>	-	<b>70</b>
Prejuízo do exercício		-	-	<b>(58.694)</b>	<b>(58.694)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<b>700.614</b>	<b>1.554</b>	<b>(485.284)</b>	<b>216.884</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ecoporto Santos S.A.

### Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido	<b>(58.694)</b>	(311.028)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	<b>19.824</b>	20.821
Baixa/perda do ativo imobilizado e do intangível	<b>3.636</b>	171
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	<b>4.790</b>	10.925
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	<b>12.164</b>	2.035
Levantamento de depósitos judiciais	<b>1.750</b>	1.002
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	<b>(5.112)</b>	193
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	<b>43.128</b>	50.216
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	<b>(481)</b>	(1.640)
Tributos diferidos	<b>(3.682)</b>	200.107
Receita financeira de títulos e valores mobiliários	<b>(40)</b>	(44)
Plano de opções com base em ações	<b>70</b>	328
Obrigações com Poder Concedente	<b>8.900</b>	10.823
Juros sobre mútuo	<b>(10.862)</b>	4.962
Atualização monetária crédito tributário	<b>(7.440)</b>	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<b>-</b>	12
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	<b>(1.102)</b>	3.451
Tributos a recuperar	<b>(8.635)</b>	211
Despesas antecipadas	<b>(2.524)</b>	(11.422)
Depósitos judiciais	<b>(2.490)</b>	(1.135)
Outras contas a receber	<b>(1.158)</b>	4.248
Partes relacionadas	<b>(558)</b>	149
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	<b>2.637</b>	(7.070)
Obrigações sociais e trabalhistas	<b>(741)</b>	(1.254)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	<b>807</b>	(946)
Partes relacionadas - fornecedores	<b>(3.764)</b>	1.066
Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	<b>(6.895)</b>	(4.799)
Outras contas a pagar (*)	<b>(2.495)</b>	(2.669)
Pagamentos de obrigações com o Poder Concedente	<b>(9366)</b>	(10.315)
Imposto de renda e contribuição social	<b>-</b>	(12)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<b>(28.333)</b>	(31.299)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<b>(1.760)</b>	(3.214)
Aquisição de intangível (*)	<b>(799)</b>	(1.744)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<b>(2.559)</b>	(4.958)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Títulos e valores mobiliários	<b>-</b>	-
Aporte de Capital pelo controlador	<b>230.000</b>	202.000
Partes relacionadas - mútuo	<b>5.239</b>	(766)
Captação de empréstimos - terceiros	<b>-</b>	4.342
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>(138.909)</b>	(94.845)
Juros pagos	<b>(56.546)</b>	(76.304)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<b>39.784</b>	24.112
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<b>8.892</b>	(12.145)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>1.111</b>	13.256
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>10.003</b>	1.111
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<b>8.892</b>	(12.145)

(\*) Efeito não caixa R\$12.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Ecoporto Santos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

#### Contexto operacional

A Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto Santos” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita (TECONDI), com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP). A Companhia está sediada na Av. Eng. Antonio Alves Freire, s/n, Cais do Saboo, Santos, no Estado de São Paulo.

Em 12 de junho de 1998 foi assinado com a CODESP o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, que prevê investimentos mínimos da Companhia na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres em uma área total de 170.000 m<sup>2</sup>. Atualmente a Companhia possui uma área de 136.444 m<sup>2</sup>, restando uma área de aproximadamente 33.500 m<sup>2</sup> que será fornecida pelo Poder Concedente, que ainda está em negociação. O referido contrato também previa que a CODESP efetuará o ressarcimento à Companhia da parte que corresponde às obras de infraestrutura que compõem o “Sítio Padrão” do Porto de Santos.

Em junho de 2014 foi realizado o acordo com a CODESP e a Companhia registrou tal reembolso, que será pago trimestralmente até 2023. Em 31 de dezembro de 2017, esse saldo é de R\$7.870 (R\$9.111 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$519 registrado na rubrica “Ativo financeiro - CODESP” no ativo circulante e R\$7.351 no ativo não circulante.

O Ato Declaratório nº 60 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 15 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010, ratificou a nomeação do Pátio 1 como recinto alfandegado, para operar como instalação portuária de uso público sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, no Estado de São Paulo. A operação como recinto alfandegado foi iniciada em outubro de 2000, após a conclusão das obras necessárias ao desempenho dessa atividade.

O Ato Declaratório nº 31 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 7 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 14 de abril de 2004, designou o Pátio 2 como recinto alfandegado, nas mesmas condições do Pátio 1. A operação do Pátio 2 foi iniciada no mesmo mês.

O Ato Declaratório nº 72 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 4 de agosto de 2008, publicado no Diário Oficial da União, de 5 de agosto de 2008, ratificou a nomeação do Pátio 3 como recinto alfandegado, nas mesmas condições dos Pátios 1 e 2. A operação do Pátio 3 foi iniciada em julho de 2005.

## **Ecoporto Santos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Contexto operacional--Continuação

Atualmente a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados pela Administração da Companhia via captação com controlador e/ou terceiros. A Companhia conta com fiança prestada pela controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. sobre as dívidas de empréstimos, financiamento e debêntures (vide Notas Explicativas nº 13 e 14). As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade dos investimentos necessários para manutenção de suas operações.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Declaração de conformidade e base para preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.



## **Ecoporto Santos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.2. Moeda funcional de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico na qual a Companhia atua ("moeda funcional").

## **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

### a) Instrumentos financeiros

#### i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis.

#### Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

#### · Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

##### Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

##### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

##### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### · Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### · Contratos de empréstimos e financiamentos

Os contratos de empréstimos e financiamentos emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois, o maior.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### a) Instrumentos financeiros--Continuação

##### ii) *Passivos financeiros*--Continuação

###### *Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

##### iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2017 não houve indenizações relevantes.

#### b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

###### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## **Ecoporto Santos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:*

<b>Norma</b>	<b>Requerimento</b>	<b>Impacto nas demonstrações financeiras</b>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15. A Companhia identificou novas exigências de apresentação relativas as reclassificações de contraprestação variável, abatimento por volume, e não há expectativa de que o efeito dessas mudanças de valores sejam materiais.
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

- (i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência--Continuação*

<b>Norma</b>	<b>Requerimento</b>	<b>Impacto nas demonstrações financeiras</b>
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture)	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

## **Ecoporto Santos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Principais usos de estimativas e julgamentos**

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos.
- Provisões: as provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Reconhecimento de receita de portos: a Companhia estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 12 (doze) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais.
- Reconhecimento de receita armazenada: a Companhia estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração uma volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais.
- Transações com partes relacionadas: a Companhia realiza transações com partes relacionadas com naturezas diversas. As transações, saldos e condições contratuais significativas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis.

#### Obrigações com Poder Concedente

As obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas a taxas da Companhia à Docas do Estado de São Paulo (CODESP) a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 16.



## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais usos de estimativas e julgamentos--Continuação

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre (i) prejuízos fiscais e bases negativas; acumuladas e (ii) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade do imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais com base em projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nºs 6 e 12.

### 5. Reclassificações efetuadas pela Administração

As despesas com comissões referentes as vendas de serviços de armazenagem na Companhia, foram segregadas e reclassificadas da rubrica “custos dos serviços prestados” para “despesas com vendas” nas demonstrações de resultado do exercício em 31 de dezembro de 2016 pelo montante de R\$62.141. Tal reclassificação tem por objetivo permitir comparabilidade e melhor apresentação dos saldos contábeis.

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$10.315) na Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica “Pagamento com Poder Concedente”.

	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa nas atividades operacionais			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(10.315)	(10.315)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(10.315)	10.315	-
	<u>(10.315)</u>	<u>-</u>	<u>(10.315)</u>

A Administração, realizou a reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia, devido ao reconhecimento em seu resultado de crédito tributário oriundo da ação coletiva que discutia o recolhimento do FUNDAF (Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização) entre 2000 e 2017. A ação teve trânsito em julgado ao final do exercício de 2017, porém a Companhia recebeu a notificação no início de 2018.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Reclassificações efetuadas pela Administração--Continuação

Os valores serão restituídos num prazo de 18 meses e foram registrados como:

#### Balço patrimonial

	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo circulante			
Tributos a recuperar	315	10.792	11.107
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	-	5.396	5.396
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(501.472)	16.188	(485.284)

#### Resultado

	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	10.170	8.748	18.918
Receitas financeiras	16.845	7.440	24.285

### 6. Impairment sobre tributos diferidos ativos

	<u>Valor contábil na data de avaliação - 30/06/2016</u>	<u>Valor recuperável</u>	<u>Ajuste de <i>Impairment</i> no resultado do exercício de 2016</u>
Tributos diferidos (*)	450.699	213.039	237.660
<b>Total</b>	<b>450.699</b>	<b>213.039</b>	<b>237.660</b>

Desde o início de 2015, evidenciou-se queda dos volumes de negócios no segmento portuário, decorrentes da retração da economia que impactam diretamente as atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 a deterioração ainda não requeria ajuste. Em 2016, em função da continuada queda dos volumes e preços e da não confirmação de um novo armador e considerando as projeções para os próximos exercícios, em 30 de junho de 2016, a Companhia reconheceu *impairment* no montante de R\$237.660. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 12.

(\*) Os créditos fiscais decorrentes de: (a) prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social; e (b) ágio por incorporação reversa, foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros foram preparadas com base na revisão do plano de negócios da Companhia. A Companhia irá manter fiscalmente os valores para futura utilização.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

#### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	98	104
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos (a)	9.359	119
Aplicações compromissadas (b)	-	500
Aplicações automáticas (c)	546	388
	<u>10.003</u>	<u>1.111</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF) e 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT); (em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 98,9% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2016), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estar vinculada a aplicações compromissadas não gera custos de IOF e é realizada quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI; o Grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 01 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços prestados	<b>10.589</b>	9.487
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (a)	<b>(201)</b>	(682)
	<b>10.388</b>	8.805

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida e estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	<b>9.633</b>	8.141
Vencidos:		
Até 30 dias	<b>524</b>	444
De 31 a 60 dias	<b>202</b>	99
De 61 a 90 dias	<b>28</b>	48
De 91 a 120 dias	<b>1</b>	73
Acima de 120 dias	<b>201</b>	682
	<b>10.589</b>	9.487

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	<b>682</b>	2.322
Constituição de PECLD no exercício	<b>97</b>	172
Valores recuperados no exercício	<b>(578)</b>	(1.812)
Saldo no fim do exercício	<b>201</b>	682

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	<b>79.883</b>	79.943
Adições	<b>2.490</b>	1.135
Baixas	<b>(1.750)</b>	(1.002)
Atualização monetária	<b>5.112</b>	(193)
Saldo no fim do exercício	<b><u>85.735</u></b>	<u>79.883</u>

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado

#### Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicáveis. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias ponderadas de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
<i>Hardwares</i>	10,0	7.341	204	-	19	7.564	(5.593)	(743)	-	(6.336)	1.228	1.748
Máquinas e equipamentos	6,6	20.795	620	-	-	21.415	(7.394)	(1.394)	-	(8.788)	12.627	13.401
Móveis e utensílios	8,8	4.725	-	(2)	-	4.723	(2.803)	(415)	1	(3.217)	1.506	1.922
Obras em andamento	-	37.178	101	-	(32.311)	4.968	-	-	-	-	4.968	37.178
Benfeitorias	2,5	196.592	-	(105)	15.769	212.256	(48.208)	(5.312)	32	(53.488)	158.768	148.384
Guindastes portuários	2,6	201.019	20	(26.731)	-	174.308	(61.936)	(4.578)	23.400	(43.114)	131.194	139.083
Veículos	0,8	2.104	-	-	-	2.104	(719)	(17)	-	(736)	1.368	1.385
Instalações	30,8	235	797	-	-	1.032	(10)	(195)	-	(205)	827	225
Outros	-	4.838	18	(231)	-	4.625	-	(11)	-	(11)	4.614	4.838
		474.827	1.760	(27.069)	(16.523)	432.995	(126.663)	(12.665)	23.433	(115.895)	317.100	348.164

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

	Taxas médias ponderadas de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	12,1	6.977	391	(2)	(25)	7.341	(4.727)	(868)	2	(5.593)	1.748	2.250
Máquinas e equipamentos	7,4	20.745	25	-	25	20.795	(5.850)	(1.544)	-	(7.394)	13.401	14.895
Móveis e utensílios	9,1	4.748	-	(23)	-	4.725	(2.396)	(429)	22	(2.803)	1.922	2.352
Obras em andamento	-	36.470	708	-	-	37.178	-	-	-	-	37.178	36.470
Benfeitorias	2,5	195.268	1.324	-	-	196.592	(43.311)	(4.897)	-	(48.208)	148.384	151.957
Guindastes portuários	4,3	200.833	507	(321)	-	201.019	(53.697)	(8.548)	309	(61.936)	139.083	147.136
Veículos	6,2	2.057	47	-	-	2.104	(591)	(128)	-	(719)	1.385	1.466
Instalações	7,8	23	212	-	-	235	-	(10)	-	(10)	225	23
Outros	-	4.996	-	(158)	-	4.838	-	-	-	-	4.838	4.996
		<u>472.117</u>	<u>3.214</u>	<u>(504)</u>	<u>-</u>	<u>474.827</u>	<u>(110.572)</u>	<u>(16.424)</u>	<u>333</u>	<u>(126.663)</u>	<u>348.164</u>	<u>361.545</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos.

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível

#### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

	Taxas médias de amortização %	Custos			Amortização			Residual		
		Saldos em 31/12/2016	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
<i>Softwares</i>	18,7	21.438	799	16.523	38.760	(12.657)	(7.159)	(19.816)	18.944	8.781
Contrato de concessão	-	-	12.416	-	12.416	-	-	-	12.416	-
Outros	-	4	-	-	4	(3)	-	(3)	1	1
		<b>21.442</b>	<b>13.215</b>	<b>16.523</b>	<b>51.180</b>	<b>(12.660)</b>	<b>(7.159)</b>	<b>(19.819)</b>	<b>31.361</b>	<b>8.782</b>

  

	Taxas médias de amortização %	Custos			Amortização			Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<i>Softwares</i>	21,4	19.694	1.744	-	21.438	(8.260)	(4.397)	(12.657)	8.781	11.434
Outros	-	4	-	-	4	(3)	-	(3)	1	1
		<b>19.698</b>	<b>1.744</b>	<b>-</b>	<b>21.442</b>	<b>(8.263)</b>	<b>(4.397)</b>	<b>(12.660)</b>	<b>8.782</b>	<b>11.435</b>



## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

#### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

#### a) *Tributos diferidos*

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado		
	31/12/2016	Impairment (i)	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	32.174	-	6.612	(3.191)	35.595	3.421
Depreciação societária	(8.507)	-	37	242	(8.228)	279
Provisão para PCLD	45	-	23	(50)	18	(27)
Prejuízo fiscal	39.118	-	-	-	39.118	-
Provisão para férias e encargos de diretores	472	-	21	(12)	481	9
Ágio sobre incorporação	166.755	-	-	-	166.755	-
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	230.057	-	6.693	(3.011)	233.739	-
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido						3.682

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

#### Política contábil--Continuação

##### a) *Tributos diferidos--Continuação*

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2022 a 2030	<b>233.739</b>	230.057
	<b>233.739</b>	230.057

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

##### b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>(78.564)</b>	(110.909)
Alíquota	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	<b>26.712</b>	37.709
Despesas indedutíveis	<b>(29)</b>	(156)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões permanentes	-	(12)
Amortização do ágio	<b>35.293</b>	-
Crédito tributário	<b>(58.294)</b>	(237.660)
Despesa do imposto de renda e contribuição social	<b>3.682</b>	(200.119)
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	-	(12)
Crédito (despesa) do imposto de renda e da contribuição social diferidos	<b>3.682</b>	(200.107)
	<b>3.682</b>	(200.119)
	<b>4,7%</b>	n.m

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Finimp (a)	16/05/2017	Libor 6M + 0,3% a.a.	-	47
Finimp (b)	30/01/2023	Libor 6M + 2,0% a.a.	<b>87.646</b>	101.270
Finame (c)	15/06/2020	6% a.a.	<b>4.715</b>	6.508
			<b>92.361</b>	<b>107.825</b>
Circulante			<b>18.398</b>	103.122
Não circulante			<b>73.963</b>	4.703

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	905
2019	<b>17.271</b>	1.096
2020	<b>16.769</b>	2.702
2021	<b>15.828</b>	-
2022 a 2023	<b>24.095</b>	-
	<b>73.963</b>	<b>4.703</b>

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	<b>107.825</b>	127.118
Adição	-	4.342
Encargos financeiros	<b>5.349</b>	(15.288)
Pagamento de principal	<b>(18.909)</b>	(4.845)
Pagamento de juros	<b>(1.904)</b>	(3.502)
Saldo no fim do exercício	<b>92.361</b>	<b>107.825</b>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Índices financeiros exigidos</u>	<u>Garantias</u>
(a) Santander	Sem exigência	Sem garantia
(b) Banco Deutsche Bank AS	PL (-) Resultado do exercício > 20.000 Patrimônio líquido/Ativo Total > 20%	Aval Ecorodovias Infraestrutura
(c) Itaú - Unibanco	Sem exigência	Sem garantia

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2017:

	<b>Exigido</b>	<b>Medido (*)</b>
PL tangível	<b>&gt; 20.000</b>	<b>169.335</b>
PL/ativo total	<b>&gt; 20%</b>	<b>9,7% (**)</b>

(\*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

(\*\*) O índice está amparado por Waiver.

### 14. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Principal	<b>240.000</b>	360.000
Remuneração (juros)	<b>13.186</b>	30.689
Custos com emissão de debêntures (*)	<b>(626)</b>	(1.266)
	<b>252.560</b>	389.423
Circulante	<b>132.722</b>	150.049
Não circulante	<b>119.838</b>	239.374

(\*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Saldo inicial	<b>389.423</b>	486.721
Pagamento de principal	<b>(120.000)</b>	(90.000)
Pagamentos de juros	<b>(54.642)</b>	(72.802)
Encargos financeiros	<b>37.779</b>	65.504
Saldo final	<b>252.560</b>	389.423

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Debêntures--Continuação

As principais características das debêntures emitidas são:

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescidos de 1,85% a.a, pagos anualmente sempre no dia 15 de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal será paga em seis parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

Os índices financeiros exigidos na escritura não serão aplicáveis enquanto perdurar a fiança da garantidora. Os índices que são calculados com base nas demonstrações financeiras da Emissora são:

Ano	Dívida Líquida/ EBITDA (dos últimos 12 meses)	EBITDA (dos últimos 12 meses)/ despesas financeiras líquidas
Até 2015	4,5x	2,0x
2016	4,0x	2,25x
2017	3,5x	2,50x
2018	3,0x	3,0x

Os índices medidos em 31 de dezembro de 2017 são (i) -81,02x e (ii)- 0,08x (Índice não auditado pelos auditores independentes).

Esse índice está amparado por *Waiver*.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	-	-	120.000	(464)	119.536
2019	120.000	(162)	119.838	120.000	(162)	119.838
	120.000	(162)	119.838	240.000	(626)	239.374

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Debêntures--Continuação

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - série única	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI+1,85% a.a.	12,12%a.a.

### 15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, para serviços de transporte e remoção, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Balanco patrimonial			Demonstração do resultado		
		Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Custos/despesas	Despesas financeiras	Receitas
Termares Terminais Marítimos Especial. Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	-	7.694	-	281	1.011	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	56	-	1.237	-	-
Termares Terminais Marítimos Especial. Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	284	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1	-	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Especial. Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	566	-	-	-	-	-
Ecopátio Cubatão Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	1	-	10	-	-
Elog S.A. (e)	Outras partes relacionadas	142	-	-	91	-	833
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	-	-	34.158	-	4.228	-
<b>31 de dezembro de 2017</b>		<b>709</b>	<b>8.035</b>	<b>34.158</b>	<b>1.619</b>	<b>5.239</b>	<b>833</b>
31 de dezembro de 2016		151	11.799	39.781	4.621	4.962	730

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- A Companhia celebrou um contrato de mútuo com a parte relacionada Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. O valor global firmado é de R\$8051 em 31 de dezembro de 2017; o saldo em aberto é de R\$7.694 (R\$9.217 em 31 de dezembro de 2016). Os saldos em aberto a pagar têm vencimento findo em 22 de outubro de 2020, e incidem juros de 14,13% (um por cento) ao ano.
- A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$1.237, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto é de R\$340 e não estão sujeitos a encargos ou atualização monetária.
- O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias); os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- A parte relacionada Ecopátio Cubatão Logística Ltda. prestou serviço de movimentação e vistoria de contêineres para a Companhia. Tem vencimento em até 45 dias e não está sujeita a encargos ou atualização monetária.
- A Companhia presta serviço de *scanner* de contêineres para a parte relacionada Elog S.A.
- Refere-se a um contrato de mútuo, sendo a mutuante controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 14,14% a.a. com vencimento até outubro de 2017.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Partes relacionadas--Continuação

#### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em R\$1.967.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.294	1.810
INSS	366	10
Plano de opção com base em ações	70	328
Seguro de vida	4	-
Assistência saúde	114	-
	<u>1.848</u>	<u>2.148</u>

### 16. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxas CODESP	425	891

Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo (CODESP) a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	891	383
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	8.900	10.823
Pagamento	(9.366)	(10.315)
Saldo no fim do exercício	<u>425</u>	<u>891</u>

## **Ecoporto Santos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **16. Obrigações com Poder Concedente--Continuação**

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ) a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em março de 2015 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos apelação apresentados pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo próprio TRF. Após as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. Atualmente, os processos estão suspensos. A decisão do TRF não altera a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.



## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

#### Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	83.522	10.465	1.557	95.544
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.124)	7.229	(1.156)	4.949
(-) Pagamentos	(4.354)	(2.700)	-	(7.054)
(+) Atualização monetária	8.623	2.388	1.153	12.164
Saldos em 31 de dezembro de 2017	86.667	17.382	1.554	105.603

  

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	74.573	11.063	1.747	87.383
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	9.004	2.204	(283)	10.925
(-) Pagamentos	(133)	(4.469)	(197)	(4.799)
(+) Atualização monetária	78	1.667	290	2.035
Saldos em 31 de dezembro de 2016	83.522	10.465	1.557	95.544

#### (a) Processos cíveis

A Companhia promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 7 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Atualmente, aguardamos publicação do acórdão que será objeto de recursos aos Tribunais Superiores. Em 31 de dezembro de 2017, o valor contingenciado é de R\$76.719 (R\$72.025 em 31 de dezembro de 2016). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2017, R\$26.860 (R\$5.693 em 31 de dezembro de 2016), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

#### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$52.688 (R\$47.347 em 31 de dezembro de 2016), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

#### (c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$6.600 (R\$3.335 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$700.614 (R\$460.614 em 31 de dezembro de 2016). Esse valor é representado por 990.179.351 ações sendo 973.379.251 ações ordinárias e 16.800.0000 ações preferenciais (823.628.832 ações, sendo 444.793.832 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2016).

Em 02 de janeiro de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$12.000.000 (doze milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 20.689.655 (vinte milhões, seiscentas e oitenta e nove mil, seiscentas e cinquenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

Em 09 de fevereiro de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$19.000.000 (dezenove milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 32.758.621 (trinta e dois milhões, setecentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e vinte e um) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

Em 02 de junho de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$180.000.000 (cento e oitenta milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 310.344.828 (trezentas e dez milhões, trezentas e quarenta e quatro mil, oitocentas e vinte e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

Em 25 de julho de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$13.000.000 (treze milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 22.413.793 (vinte e dois milhões, quatrocentas e treze mil, setecentas e noventa e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

Em 26 de dezembro de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$6.000.000 (seis milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 10.344.828 (dez milhões, trezentas e quarenta e quatro mil, oitocentas e vinte e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

## **Ecoporto Santos S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### **18. Patrimônio líquido--Continuação**

b) Reserva de lucros - legal e estatutária

*Legal:* constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

*Estatutária:* o Estatuto da Companhia prevê a constituição de reserva de lucros de 5% para atendimento a encargos trabalhistas e previdenciários eventuais, e também de 5% para restituição de capital aos acionistas, sendo essa última limitada a 10% do capital social subscrito.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### **19. Receita líquida**

Política contábil

*Receitas*

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação.

*Imposto sobre prestação de serviços*

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Receita líquida--Continuação

#### Política contábil--Continuação

#### *Imposto sobre prestação de serviços--Continuação*

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita portuária bruta	<b>132.861</b>	158.235
Impostos sobre receita - PIS, COFINS, ISS e ICMS	<b>(16.327)</b>	(19.291)
Receita líquida	<b>116.534</b>	138.944
Deduções		
COFINS	<b>(10.216)</b>	(11.940)
PIS	<b>(2.218)</b>	(2.596)
ISS	<b>(3.893)</b>	(4.755)
	<b>(16.327)</b>	(19.291)

### 20. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	<b>30.165</b>	42.556
Conservação e manutenção	<b>2.534</b>	3.888
Serviços de terceiros (*)	<b>19.399</b>	27.153
Seguros e outros custos e despesas operacionais	<b>3.450</b>	18.201
Depreciação e amortização (vide Notas Explicativas nº 10 e nº 11)	<b>19.824</b>	20.821
Locação	<b>7.354</b>	7.694
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	<b>8.900</b>	10.823
	<b>91.626</b>	131.136
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	<b>65.846</b>	83.137
Despesas gerais e administrativas	<b>25.780</b>	47.999

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços portuários, serviços de transportes, consultorias e assessorias e outros.

### 21. Despesas com vendas

As despesas com vendas referem-se as comissões e agenciamento marítimo da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas totalizaram R\$59.035 (R\$62.141 em 31 de dezembro de 2016).

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	983	1.328
Variação cambial ativa sobre empréstimos	10.460	36.674
Variação monetária crédito tributário	7.440	-
Atualização monetária ativa	5.137	984
Outras	265	1.304
	<u>24.285</u>	<u>40.290</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(37.139)	(64.808)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(640)	(696)
Variação cambial passiva sobre empréstimos	(11.309)	(16.720)
Juros sobre financiamentos	(4.500)	(4.666)
Juros sobre contrato de mútuo (vide Nota Explicativa nº 15)	(5.239)	(4.962)
Atualização obrigações fiscais	(12.165)	(4.517)
Outras	(460)	(713)
	<u>(71.452)</u>	<u>(97.082)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(47.167)</u>	<u>(56.792)</u>

### 23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Gestão de capital--Continuação

#### *Índices de endividamento*

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	<b>345.346</b>	498.139
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<b>(10.771)</b>	(1.111)
Dívida líquida	<b>334.575</b>	497.028
Patrimônio líquido (ii)	<b>216.884</b>	45.508
Índice de endividamento líquido	<b>1,54</b>	10,92

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 16.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### *Considerações gerais*

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDB e fundos de investimentos, remunerados à taxa média ponderada de 98,9% do CDI (90,6%, em 31 de dezembro de 2016) e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 13 e 14.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	98	98
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	10.388	10.388
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	9.905	9.905
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	8.736	8.736
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	92.361	92.361
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	252.560	252.560

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures e os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.

#### Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

##### a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

##### i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, referente aos contratos de financiamento de equipamentos (guindastes) em moeda estrangeira.

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Gestão de riscos--Continuação

##### a) *Risco de mercado--Continuação*

##### i) Riscos da taxa de câmbio--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp, são conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ecoporto Santos S.A. - US\$	<b>27.047</b>	32.216

##### ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

##### b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

##### c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.



## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Gestão de riscos--Continuação

##### c) *Risco de liquidez*--Continuação

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.</b>	<b>Próximos 12 meses</b>	<b>Entre 13 e 24 meses</b>	<b>Entre 25 e 36 meses</b>	<b>37 meses em diante</b>
Finame	6,00% a.a.	2.018	1.912	1.147	-
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	148.736	124.967	-	-
Finimp	VC + Libor 6M + 2,00% a.a.	19.460	18.850	18.226	42.799

#### Análise de sensibilidade

##### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e da variação cambial do dólar americano, principais indicadores das empréstimos e financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia:

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Juros a incorrer (*)</b>		
		<b>Cenário I - provável</b>	<b>Cenário II - 25%</b>	<b>Cenário III - 50%</b>
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI (a)	503	378	252
Juros sobre debêntures	Alta do CDI (b)	(28.580)	(31.524)	(34.444)
Juros a incorrer		(28.077)	(31.146)	(34.192)

## Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

#### Análise de sensibilidade--Continuação

##### *Risco de mudança nas taxas de câmbio*

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2017 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$ (c)	(3.367)	(4.713)	(6.260)

(\*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros e volatilidade de moeda estrangeira, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor que são seis meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 2 5%	Cenário III - 5 0%
CDI (a)	6,80%	5,10%	3,40%
CDI (b)	6,80%	8,50%	10,20%
USD (c)	3,3900	4,2375	5,0850

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### 24. Demonstração do fluxo de caixa

Efeitos na demonstração em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Caso a operação tivesse afetando o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Outras contas a pagar	12.416
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>12.416</b>
Aquisição de imobilizado e intangível	(12.416)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) pelas atividades de investimento</b>	<b>(12.416)</b>

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017**

### **Senhores Acionistas**

A Administração do Ecoporto Santos S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### **Mensagem da Administração**

O Ecoporto Santos S.A. foi constituído em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Em 12 de junho de 1998, foi assinado com a CODESP o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, com investimentos mínimos na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres. As operações portuárias de cais podem ser feitas nos três berços de uso exclusivo e no berço público ao lado do terminal e armazenagem e movimentação de cargas de importação e exportação de contêineres sob controle aduaneiro de movimentação.

Por mais este ano, o Ecoporto Santos agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da Companhia, e aos clientes, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

### **PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

## **RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

### **RECEITA LÍQUIDA**

A receita bruta consolidada atingiu R\$132,9 milhões em 2017, redução de 16,0% em relação a 2016, devido à queda nas receitas da operação de armazenagem impactadas pela concorrência com outros terminais.

A receita líquida totalizou R\$116,5 milhões em 2017, comparada a R\$138,9 milhões do ano anterior. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$16,3 milhões, 15,4% inferior quando comparado com o exercício anterior.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

## **CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução de 30,1% e totalizaram R\$91,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Desconsiderando a rubrica de depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$71,8 milhões, redução de 34,9%. Seguem abaixo as principais explicações:

**Pessoal:** R\$30,2 milhões em 2017, redução de 29,1%, devido a reestruturação do quadro de funcionários e otimização da estrutura administrativa.

**Conservação e Manutenção:** R\$2,5 milhões em 2017, 34,8% inferior a 2016, devido à queda da movimentação que reduz a necessidade de manutenção dos equipamentos;

**Serviços de terceiros:** R\$19,4 milhões em 2017, 28,6% inferior a 2016, devido à queda da movimentação, que reduziu os custos com transporte;

**Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$19,7 milhões em 2017, 46,3% inferior a 2016, devido redução das despesas com seguros e taxas da Codesp relacionado a queda na movimentação no terminal;

**Depreciação e Amortização:** R\$19,8 milhões em 2017, 4,8% inferior a 2016, devido a redução na base de ativos.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

## **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro líquido totalizou R\$54,6 milhões negativos em 2017, 3,8% inferior ao resultado de 2016, devido a redução do CDI (indexador das debêntures), quando comparado com o exercício anterior.

## **PREJUÍZO**

Em 2017, o Ecoporto Santos teve prejuízo apurado de R\$74,9 milhões.

## **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO**

O Ecoporto Santos encerrou o ano de 2017 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$10,8 milhões. A dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) atingiu R\$344,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo 43,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$0,4 milhão.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$334,6 milhões.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

## **CAPEX**

O Capex realizado pelo Ecoporto Santos totalizou R\$2,6 milhões em 2017.

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site [www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri).

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos, em 2017, são de R\$187,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*